



SIMULADO FINAL
PC DF
GESTOR DE APOIO
ASSISTENTE SOCIAL

Simulado

Simulado Especial PC-DF (Gestor de Apoio - Assistente Social)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Gestor de Apoio - Assistente Social da PC-DF**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/c5JmFBoi4U9beg5LA>

01 - C E	16 - C E	31 - C E	46 - C E	61 - C E	76 - C E	91 - C E	106 - C E
02 - C E	17 - C E	32 - C E	47 - C E	62 - C E	77 - C E	92 - C E	107 - C E
03 - C E	18 - C E	33 - C E	48 - C E	63 - C E	78 - C E	93 - C E	108 - C E
04 - C E	19 - C E	34 - C E	49 - C E	64 - C E	79 - C E	94 - C E	109 - C E
05 - C E	20 - C E	35 - C E	50 - C E	65 - C E	80 - C E	95 - C E	110 - C E
06 - C E	21 - C E	36 - C E	51 - C E	66 - C E	81 - C E	96 - C E	111 - C E
07 - C E	22 - C E	37 - C E	52 - C E	67 - C E	82 - C E	97 - C E	112 - C E
08 - C E	23 - C E	38 - C E	53 - C E	68 - C E	83 - C E	98 - C E	113 - C E
09 - C E	24 - C E	39 - C E	54 - C E	69 - C E	84 - C E	99 - C E	114 - C E
10 - C E	25 - C E	40 - C E	55 - C E	70 - C E	85 - C E	100 - C E	115 - C E
11 - C E	26 - C E	41 - C E	56 - C E	71 - C E	86 - C E	101 - C E	116 - C E
12 - C E	27 - C E	42 - C E	57 - C E	72 - C E	87 - C E	102 - C E	117 - C E
13 - C E	28 - C E	43 - C E	58 - C E	73 - C E	88 - C E	103 - C E	118 - C E
14 - C E	29 - C E	44 - C E	59 - C E	74 - C E	89 - C E	104 - C E	119 - C E
15 - C E	30 - C E	45 - C E	60 - C E	75 - C E	90 - C E	105 - C E	120 - C E

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe*

- 01.** As palavras "memória", "violência" e "discórdia" recebem acento de acordo com a mesma regra de acentuação.
- 02.** No trecho “Eles precisam olhar com carinho, ter inteligência para gestão, empatia nas limitações e planejamento efetivo”, as vírgulas foram empregadas para separar expressões de caráter explicativo.
- 03.** Sem prejuízo da correção gramatical do texto, as palavras “é” e “que”, presentes em “É a vida que todos desejavam ter”, poderiam ser suprimidas.
- 04.** Em “Fala-se muito da bondade, mas pouco se pratica”, as duas ocorrências do pronome “se” têm o papel de indeterminar os agentes responsáveis pelas ações.
- 05.** Seria mantida a correção gramatical do texto se o trecho “nos esquecer” fosse reescrito como **esquecer** em: Não podemos nos esquecer de que tudo que é plantado um dia será colhido.
- 06.** Mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto, o trecho “Todo relato tende a ser contaminado por impressões pessoais” poderia ser reescrita da seguinte forma: **Todo o relato tende a ser contaminado por impressões pessoais.**

TEXTO PARA AS QUESTÕES 7 A 13

Cidadania é um termo que designa a pessoa atribuída dos direitos e deveres de cidadão, ou seja, um indivíduo que vive e coabita na cidade, em comunidade e com as normas criadas pela sociedade e também em nível de negócios e decisões políticas. Tendo se originado na Grécia, o termo atualmente compreende outras definições decorrentes de sua modernização. Na sociedade atual, a cidadania engloba inicialmente as questões relativas à nacionalidade, que significa ser subordinado às leis e direitos ligados a um determinado país, normalmente o de sua origem ou nascimento. Com a atualização, o termo cidadania vem se caracterizando por mais direitos e deveres constantes no fato de uma pessoa ser considerada cidadã, pois a ética da sociedade se modifica conforme ocorre à evolução.

Nesse sentido, surge também ao ideário social o respeito ao meio ambiente como uma das exigências consideradas como necessárias para um ser humano correto que cumpre com seus deveres de cidadão; até porque a cidadania diz respeito à luta pelos direitos humanos e, conforme a Constituição Federal Brasileira, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todo brasileiro.

Entendemos que a cidadania abrange o cuidado e a preservação do meio ambiente para que todos possam usufruir de um equilíbrio equitativo, com direitos e deveres igualitários a toda população. A vida com cidadania pressupõe um respeito para com o meio ambiente em que se vive, porque na vida em sociedade devemos compreender que dividimos o ambiente habitável com outros seres humanos e também outros seres vivos que participam dos processos ambientais e colaboram para a perfeita sintonia com este equilíbrio ambiental.

Reconhecendo que a cidadania são também as ações simples do dia a dia, como o fato de não jogar lixo nos lugares impróprios e não poluir as fontes de água do planeta, a importância da ética relacionada à vida em sociedade reflete soluções ou problemas para as pessoas que nos cercam. A cidadania hoje é vista como uma forma de preocupação com os outros indivíduos da sociedade, por meio de ações conscientes para que as minhas ações não sejam motivos de problemas para o meu semelhante.

Os impactos ambientais da atualidade fizeram com que a preocupação com a questão ambiental se tornasse globalizada. Estados Unidos, um país intensamente

industrializado, têm colaborado com os acordos internacionais relacionados ao meio ambiente.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como ECO-92, que aconteceu em 1992, no Rio de Janeiro, teve como premissa no Princípio 1 que: os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm o direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com o meio ambiente. Portanto, temos o dever implícito como cidadãos conscientes de proteger o nosso lar.

(Colunista Portal – Educação. Cidadania e Meio Ambiente. Disponível em portaleducacao.com.br. Adaptado)

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto, julgue os seguintes itens.

- 07.** Depreende-se do texto que o conceito de cidadania é construído a partir de direitos e obrigações, uma vez que a vida em sociedade pressupõe uma ética de equilíbrio entre o individual e o coletivo.
- 08.** No primeiro parágrafo, o texto esclarece que o termo ‘cidadania’, apesar de abranger em sua origem diferentes significados, atualmente remete apenas a questões relativas à nacionalidade.
- 09.** Sem prejuízo da correção gramatical, a forma verbal ‘têm’ (5º parágrafo) poderia ser substituída por ‘tem’.
- 10.** No primeiro período do segundo parágrafo, em “surge também ao ideário social o respeito ao meio ambiente”, o trecho destacado exerce a função de objeto direto do verbo ‘surgir’.
- 11.** A supressão do sinal indicativo de crase em “até porque a cidadania diz respeito à luta pelos direitos humanos” manteria a correção gramatical.

12. Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido do texto, o trecho “Portanto, temos o dever implícito como cidadãos conscientes de proteger o meio ambiente” poderia ser reescrito da seguinte forma: Conquanto, temos o dever implícito como cidadãos conscientes de proteger o meio ambiente.

13. O 1º parágrafo do texto é predominantemente expositivo.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 14 A 20

Helena, que trabalha na área da Engenharia, encantada com Ciências Humanas, nos pede que comentemos como as línguas funcionam. A indagação de nossa leitora nos oferece a oportunidade de dizer algumas coisas de interesse aos demais leitores desta nossa coluna.

Comecemos por lembrar que nosso primeiro gramático, Fernão de Oliveira, já em 1536, afirmava que os homens fazem a língua, e não a língua os homens. Isso nos leva a concluir que uma língua é essencialmente um objeto cultural, conquista da inteligência e labor dos seres humanos. Este passo nos permite lembrar outra lição de Oliveira, que as línguas são o que os homens fazem dela; isto significa, portanto, que as línguas acompanham os acontecimentos históricos, de glória ou de fracasso, por que passam as comunidades que as falam. A língua é patrimônio de cada indivíduo, mas também patrimônio de cada comunidade em que cada um está inserido. Isto significa que todo Indivíduo tem limitado seu poder de criatividade; seu sucesso vai depender da aceitação do grupo a que pertence, porque a língua é também um fato social.

O indivíduo, por maior que seja seu prestígio no grupo, não pode passar a chamar 'cadeira' o objeto que todos conhecem por 'árvore'. Se a moda pega aqui ou acolá, estará logo fadada ao insucesso. A sociedade, por mais uniforme e igualitária que seja, se apresenta diversificada em grupos de indivíduos distinguidos pelo grau de instrução, de poder, de atividade profissional, de ascensão social. Por isso uma língua está sempre passando por mudanças, quase sempre imperceptíveis, mas sempre em mudança dentro daquilo que se chama 'equilíbrio instável', porque tem de garantir um mínimo

de comunicação entre os seus usuários, entre todos que integram o coletivo social.

Todas essas variedades são linguisticamente válidas: da variedade oral de um usuário analfabeto à variedade oral e escrita de um usuário escolarizado ou de um literato de nome.

Adquirir uma língua de um grupo social — na dimensão mínima que pode reduzir-se a uma família ou a uma tribo, ou que pode expandir-se na dimensão maior de um país — significa efetivar um conjunto de saberes que ultrapassam os limites daquilo que costumamos chamar 'gramática'. Um excelente linguista falecido há pouco, Eugênio Coseriu, distinguia três planos desses saberes: a) o saber elocucional, que é o saber falar, articulando física e fisiologicamente o aspecto biológico do falar, bem como, num nível superior, operar as regras elementares do pensar, para falar com congruência; b) o saber idiomático, que é conhecer um idioma particular, usando-o reflexivamente, isto é, um saber fundado e fundamentado, as bases e as regras de sua estruturação e funcionamento; c) o saber expressivo, que é saber estruturar discursos, textos, para atender a situações determinadas. A suficiência manifestada no falar de acordo com esses três saberes é o que chamamos, respectivamente, normal e congruente (saber elocutivo), correto (saber idiomático) e adequado (saber expressivo).

O maior responsável pelo insucesso ou sucesso parcial no ensino/ aprendizagem de um idioma, especificamente o que tem ocorrido com o português, é não ter sido levada em conta essa dimensão dos saberes linguísticos que limita e circunscreve o mestre de sala de aula a um professor de 'língua', em vez de ser um professor de 'linguagem'.

Evanildo Bechara. O Dia (RJ), 19/9/2010. Adaptado)

14. É correto inferir do texto que, como fato social, a língua não está sujeita a interferências individuais, permanecendo alheia às ações humanas.

15. O período "A sociedade, por mais uniforme e igualitária que seja, se apresenta diversificada [...], de ascensão social." (3º parágrafo) opõe-se semanticamente ao período seguinte, estabelecendo uma quebra de expectativa.

16. No trecho "por que passam as comunidades que as falam" (2º parágrafo), o vocábulo destacado é um pronome relativo que retoma "acontecimentos históricos".

17. Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, o primeiro período do segundo parágrafo poderia ser assim reescrito: Lembremos que nosso primeiro gramático, Fernão de Oliveira, afirmava, já em 1536, que são os homens que fazem a língua, e não o contrário.

18. A expressão *ao insucesso* em "estará logo fadada ao insucesso" (3º parágrafo) poderia ser corretamente substituída sem qualquer prejuízo gramatical por: a queda.

19. A correção gramatical do texto seria mantida, mas seu sentido seria alterado, caso o trecho "que pode reduzir-se a uma família ou a uma tribo" (5º parágrafo) fosse isolado por vírgula.

20. No trecho "as línguas são o que os homens fazem dela" (2º parágrafo), o vocábulo destacado foi empregado como artigo.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

O Estratégia Concursos promoveu uma reunião entre os professores. Em um certo intervalo, 20% das mulheres deixaram a sala de reunião e o número de professoras ficou igual a $\frac{3}{5}$ do número de professores homens. Se, com a saída das mulheres, o grupo passou a ser de 320 pessoas, julgue os itens 21 e 22:

21. Depois da saída das mulheres, a porcentagem de homens passou a ser superior a 65%

22. A quantidade original de pessoas na reunião é inferior a 360 pessoas.

No Rio de Janeiro, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; Master RJ (M), Nano Tech (N) e Primer RJ (P). Os resultados mostraram que:

420 pessoas gostam da rave M.

420 pessoas gostam da rave N.

500 pessoas gostam da rave P.

40 pessoas gostam das três raves.

200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.

120 pessoas gostam das raves M e N.

140 pessoas gostam das raves M e P

100 pessoas gostam das raves N e P.

Diante do exposto, julgue os itens 23 E 24

23. O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi superior a 1200

24. A negação da proposição "Corujinha gosta da rave P e não gosta da rave M" é dada por "Se Corujinha não gosta da rave M então ela não gosta da rave P".

25. Dos 72 servidores públicos de um setor do PC DF, sabe-se que: apenas 14 são advogados, 44 são do sexo masculino e 22 são mulheres que não são advogadas.

Com base nessas afirmações, é correto afirmar que o número de homens que não são advogados é superior a 37.

Corujinha e sua amiga, Corujona, passaram para a PF e estão trabalhando em departamento com mais 10 pessoas. Dentre essas 12 pessoas, será formada uma missão especial com 4 pessoas escolhidas aleatoriamente.

Diante do exposto, julgue os itens a seguir:

26. O total de missões com 4 pessoas que podem ser formadas é superior a 500

27. Se Corujinha e Corujona só aceitam participar da missão se estiverem juntas, então o total de missões possível é inferior a 240

28. Sabendo-se que Pablito é um desafeto de Corujinha, a quantidade de missões possíveis sem que Pablito e Corujinha estejam na mesma missão é superior a 440

29. A probabilidade de se formar uma missão em que Corujinha e Corujona estejam e Pablito não esteja é superior a 7%

Cinco moças foram acusadas de comer escondido o pedaço de bolo de chocolate de Joana. Ao entrar na sala, irritada, Joana as questiona:

- "Eu não fui", responde Karen.
- "Foi a Emília", garantiu Mônica.
- "Foi a Ju", disse Emília.
- "A Mônica está mentindo", retrucou Ju.
- "A Karen está falando a verdade", disse Renata. Sabe-se que apenas uma das moças mentiu e somente uma delas o pedaço de bolo de Joana.

30. Diante do exposto, pode-se concluir que Ju comeu o bolo e falou a verdade enquanto que a Mônica é a mentirosa.

**LEGISLAÇÃO (LEI N° 8.112/1990,
LEI COMPLEMENTAR N° 840/2011),
LEI N° 8.429/1992)**

Herbert Almeida

Joana foi aprovada em concurso público para cargo administrativo em uma autarquia distrital, dentro do número de vagas. Sua nomeação foi devidamente publicada no diário oficial. Contudo, por motivos pessoais, não pretende assumir o cargo nesse momento.

Com base nessa situação hipotética e nos termos do disposto na LC n° 840/2011, julgue o item a seguir.

31. Nessa situação, Joana tem um prazo de cinco dias, contados da publicação do ato de nomeação, para solicitar seu reposicionamento para o final da lista de classificação, caso assim deseje.

Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais – Lei n° 8.112/1990, e à Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens a seguir.

32. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

33. Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros, é ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

LEGISLAÇÃO (LEI N.º 4.878/1965, DECRETO-LEI N.º 2.266/1985 (CRIAÇÃO DA CARREIRA PCDF, CARGOS, VALORES E VENCIMENTOS) - LEI N° 9.264/1996 (DESMEMBRAMENTO E REORGANIZAÇÃO DA PCDF, REMUNERAÇÃO DE SEUS CARGOS) E RESOLUÇÃO N.º 01, DE 7 DE MARÇO DE 2023 (REGIMENTO INTERNO DA PCDF)*Fábio Ramos*

- 34.** Levando em consideração a Resolução nº 01, de 07 de março de 2023 que aprovou o regimento interno da Polícia Civil do Distrito federal, julgue o item que se segue:

A função de polícia judiciária consiste, precipuamente, no cumprimento de medidas e determinações judiciais e no auxílio ao sistema de justiça criminal para a aplicação da lei penal e processual penal, além disso, a função de polícia judiciária compreende o exame preliminar a respeito da tipicidade penal, ilicitude, culpabilidade e demais circunstâncias relacionadas à infração penal além da realização de diligências para apurar infrações penais e atos infracionais.

- 35.** Com fulcro no regime jurídico dos policiais civis da União e Distrito Federal, Julgue o item subsequente.

O agente administrativo da PCDF tem direito à prisão especial durante a tramitação do inquérito e da respectiva ação penal até o trânsito em julgado a sentença condenatória, será o funcionário encaminhado a estabelecimento penal, onde cumprirá a pena em dependência isolada dos demais presos não abrangidos por esse regime, mas sujeito, como eles, ao mesmo sistema disciplinar e penitenciário.

- 36.** Com base na Lei nº 9.264 de 1996 que trata do desmembramento e reorganização da Polícia Civil do Distrito Federal, julgue o item a seguir.

A Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal é composta pelos cargos de Delegado de Polícia,

Perito Criminal, Perito Médico-Legista, Agente de Polícia, Escrivão de Polícia, Papiloscopista Policial e Agente Penitenciário.

LEGISLAÇÃO (LEI N° 13.869/2019. 9 LEI N° 8.429/1992. 10 LEI N° 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). 11 LEI N° 14.344 DE 2022 (LEI HENRY BOREL)*Antônio Pequeno*

- 37.** A respeito da Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13869/2019), julgue o item abaixo:

Os crimes nela previstos são de ação penal pública incondicionada, inexistindo previsão da ação penal privada subsidiária.

- 38.** A respeito da Lei Maria da Penha (Lei nº 11340/2006), julgue o item abaixo:

A violência moral é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

- 39.** A respeito da Lei Henry Borel (Lei nº 14.344/2022), julgue o item abaixo:

As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, da autoridade policial, do Conselho Tutelar ou a pedido da pessoa que atue em favor da criança e do adolescente.

LODF*Rodrigo Francelino*

- 40.** Segundo a Lei Orgânica do DF à Polícia Civil, órgão permanente dirigido por delegado de polícia de carreira, incumbe, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as eleitorais.

CONHECIMENTOS ACERCA DO DF E DA POLÍTICA PARA MULHERES*Leandro Signori*

No final do século 19, o Brasil tinha pouco mais de 14,3 milhões de habitantes – 7 em cada 10 brasileiros moravam no litoral, e o índice de ocupação no Centro-Oeste era de 0,2 habitante por quilômetro quadrado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foi neste contexto demográfico e populacional, de um país de ocupação litorânea, que a República foi proclamada e instituída em 1889. Em 1891, foi promulgada a primeira Constituição Republicana que iria incluir um artigo contemplando uma proposição surgida ainda no período do Brasil colonial: a transferência da capital da faixa litorânea para o Brasil interior.

O presidente Floriano Peixoto buscou dar seguimento ao dispositivo constitucional nomeando uma Comissão chefiada por um cientista belga, naturalizado brasileiro, diretor do Observatório Nacional do Rio de Janeiro.

Tendo o texto como referência inicial, julgue os itens que se seguem, levando em consideração os fatos que antecederam a criação Capital Federal, bem como seus desdobramentos atuais.

- 41.** O referido artigo da Constituição de 1891 determinava: Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400

quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.

- 42.** A Comissão citada no texto foi chefiada por Louis Ferdinand Cruls, conhecido no Brasil por Luís Cruls, e denominada Comissão de Estudos do Planalto Central e de Localização da Nova Capital do Brasil.

Julgue os próximos itens a respeito das Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal.

- 43.** As regiões administrativas, anteriormente denominadas oficialmente de cidades-satélites, não possuem autonomia político-administrativa, mas sim estruturas funcionais próprias às suas atividades e competências.

- 44.** O Distrito Federal, atualmente, conta com 35 Regiões Administrativas, sendo a RA do Plano Piloto, uma das primeiras a serem criadas e onde se encontra a sede dos três poderes da República.

A respeito dos aspectos geográficos, sociais, ambientais e econômicos do Distrito Federal, julgue os itens subsecutivos.

- 45.** A agropecuária no Distrito Federal responde por parte das necessidades de abastecimento da sua população, exporta seus excedentes para outros estados e caracteriza-se como setor de participação intermediária na economia brasiliense.

- 46.** O Distrito Federal é a unidade da Federação que apresenta o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que se reflete na equivalente distribuição de renda entre as regiões administrativas e os municípios do Entorno.

47. Na Unidade de Conservação de Proteção Integral Estação Ecológica de Águas Emendadas, ocorre o fenômeno da união das grandes bacias hidrográficas do Tocantins-Araguaia e Platina, onde se encontra a bacia do Paraná.

48. Os rios do Distrito Federal integram três grandes regiões hidrográficas do Brasil. Os rios São Bartolomeu e Descoberto fazem parte da bacia do Paraná, o rio Maranhão está na bacia do Tocantins/Araguaia e o rio Preto na bacia do São Francisco. O lago artificial do Paranoá, criado juntamente com a cidade de Brasília, também faz parte da bacia do Paraná, que compõe a grande bacia hidrográfica do Prata.

Sobre o II Plano Distrital de Políticas para Mulheres do Distrito Federal (II PDPM-DF) julgue as questões a seguir em Certo (C) ou Errado (E).

49. O Eixo 6 estabelece a criação de um programa de capacitação exclusivo para mulheres indígenas no contexto rural, visando ao fortalecimento da agricultura familiar.

50. A ampliação do número de Casas da Mulher Brasileira constitui-se em uma das metas do Eixo 4 - Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**SERVIÇO SOCIAL 1***Nilza Ciciliati*

Acerca do projeto ético-político e dos fundamentos éticos do Serviço Social social, julgue os itens a seguir:

51. A ética profissional não é isenta dos processos de alienação, mas pode também ser favorecida por condições sociais e, diante de motivações coletivas, ser direcionada a uma intervenção consciente realizadora de direitos.

52. De acordo com Barroco (2009), embora limitada, a ética se faz cotidianamente através de atos morais singulares, mais ou menos conscientes e livres. Mas, é no cotidiano que a moral tende a se objetivar de modo alienado, reproduzindo julgamentos e repetindo comportamentos.

53. Em relação aos elementos éticos do projeto profissional dos assistentes sociais, eles se limitam a normas e prescrições de direitos e deveres da profissão, tendo como um dos seus elementos a dimensão jurídico-política da profissão.

À luz da legislação específica do assistente social e do Código de Ética do Assistente Social de 1993, julgue os itens a seguir:

54. Constituem penalidades previstas no Código de Ética Profissional do Assistente Social: multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade, suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social e cancelamento definitivo do registro, nos casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz.

55. De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, a pena de suspensão acarreta ao/à assistente social a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de 30 (trinta) dias a 5 (cinco) anos.

56. Com base no Código de Ética do Assistente Social, os deveres do assistente social incluem: incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar; respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões; e apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

No que se refere à dimensão investigativa, processos de planejamento e de intervenção profissional, julgue os itens a seguir.

57. A mediação é uma ferramenta essencial na atitude investigativa do assistente social, permitindo uma análise mais profunda e crítica da realidade social, sendo um processo que conecta três níveis de análise: singularidade, particularidade e universalidade.

58. Para Yolanda Guerra (2009), é através da pesquisa que o profissional é capaz de “identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo tão-somente o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas.

59. A pesquisa e a produção de conhecimento crítico são reconhecidas como essenciais e são partes constitutivas do trabalho profissional porque priorizam as técnicas de intervenção, precondição para que a teoria supere os desafios colocados à prática cotidiana.

60. O planejamento possui, além da dimensão racional, uma dimensão política, que envolve um processo contínuo de tomada de decisões, inscritas nas relações de poder.

61. O projeto é o documento que detalha, por setor, a política, diretrizes, metas e medidas instrumentais, é basicamente um desdobramento do plano.

Em relação à violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes, julgue os itens subsequentes:

62. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, o juiz poderá determinar ao agressor, de imediato, o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima, bem como a proibição de aproximação da vítima, de seus familiares, das testemunhas e de noticiantes ou denunciantes.

63. A Lei nº 14.344/2022, conhecida como Lei Henry Borel, prevê como atribuição do Conselho Tutelar afastar imediatamente o agressor do lar se o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

Com base na Lei Orgânica da Seguridade Social e na Política de Previdência Social, julgue os próximos itens:

64. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social, obedecendo a princípios e diretrizes como: universalidade da cobertura e do atendimento; seletividade e equidade na prestação dos benefícios e serviços; e diversidade da base de financiamento.

65. Um dos princípios constitucionais da Seguridade Social é o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

66. O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais, ele se torna segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), na condição de empregado.

67. Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, é considerado segurado empregado.

Com base na Lei Orgânica da Assistência Social, julgue os próximos itens:

68. Os recursos de responsabilidade da União destinados à assistência social serão automaticamente repassados ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), à medida que se forem realizando as receitas. Já os recursos destinados ao financiamento do BPC poderão ser repassados diretamente ao INSS, órgão responsável pela sua execução e manutenção.

69. O financiamento da assistência social no Suas deve ser efetuado mediante cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, devendo os recursos alocados nos fundos de assistência social serem voltados exclusivamente à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos benefícios assistenciais.

70. A utilização dos recursos federais descentralizados para os fundos de assistência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal será declarada pelos entes recebedores ao ente transferidor, bienalmente, mediante relatório

de gestão submetido à apreciação do respectivo Conselho de Assistência Social, que comprove a execução das ações na forma de regulamento.

71. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício assistencial previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que não pode ser acumulado com outros benefícios no âmbito da seguridade social ou de outros regimes, salvo os da assistência médica, da pensão especial de natureza indenizatória e os de transferência de renda.

72. Sinfrônio é pessoa idosa com 63 anos, residia com sua irmã Sebastiana, sendo ela beneficiária do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Recentemente sua irmã faleceu, e Sinfrônio não possui condições de manter a sua subsistência, não tendo qualquer apoio familiar que possa auxiliá-lo. Ao procurar orientação no CRAS, a Assistente Social solicita que Sinfrônio seja acolhido em uma instituição de longa permanência. Neste caso, Sinfrônio terá o direito ao BPC, pois a condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.

73. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) dispõe sobre os objetivos, princípios e diretrizes que regem a política de assistência social. Entre os princípios está a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), julgue os itens a seguir:

74. Se a pessoa idosa ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao poder público esse provimento, no âmbito da assistência social.

75. A obrigação alimentar é solidária, o que significa que todos os filhos têm o dever de prestar alimentos aos pais que necessitam, não podendo a pessoa idosa optar por requerer alimentos de apenas um dos filhos.

76. É assegurado ao idoso o direito ao atendimento domiciliar, incluindo a internação, para aqueles que necessitarem e estiverem impossibilitados de se locomover.

77. De acordo com o Estatuto da pessoa idosa, a prevenção e a manutenção da saúde da pessoa idosa serão efetivadas por meio de atendimento geriátrico e gerontológico em hospitais.

78. Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoas idosas serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles ao Poder Judiciário.

Com base na Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha), julgue os itens a seguir:

79. A Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha) traz em seu texto diversas formas de violência, entre elas a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

80. A Lei Maria da Penha estabelece que a inquirição de mulheres em situação de violência doméstica e familiar deve evitar a revitimização.

81. A Lei Maria da Penha permite que tanto a autoridade judicial quanto a policial possam afastar o agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, em casos de risco iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher ou

de seus dependentes, para garantir a celeridade e a proteção imediata.

82. A Lei Maria da Penha indica medidas protetivas de urgência destinadas ao agressor e visando a proteção de mulheres. Dentre essas medidas podem ser citadas o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida e o encaminhamento da ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento.

83. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

84. A Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006) indica a necessidade de constituição de equipes multidisciplinares. Porém, não compete à equipe de atendimento multidisciplinar fornecer subsídios verbalmente em audiência, apenas por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública

85. Dentre as Medidas Protetivas de Urgência, determinadas pelo Juiz, à Ofendida na Lei Maria da Penha, está a concessão de auxílio-aluguel, com valor fixado em função de sua situação de vulnerabilidade social e econômica, por período não superior a 6 (seis) meses.

SERVIÇO SOCIAL 2*Anna Valéria*

86. A Lei nº 8662/93, Lei que regulamenta a profissão da/o assistente social trata, em seu inciso “I” do Artigo 2º afirma que poderão exercer a profissão de Assistente Social “os possuidores de diploma em curso técnico em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino existente no País, devidamente registrado no órgão competente”.

87. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), analise a seguinte assertiva.

A PNAS confirma o conceito de matricialidade sociofamiliar, o qual consiste na centralidade da família como núcleo fundamental para a efetivação das ações, serviços, programas e projetos da política de assistência social.

88. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), analise a seguinte assertiva.

Um dos princípios da PNAS é a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.

89. No que tange à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), julgue o item a seguir.

Uma das diretrizes da PNAS é a desconcentração político-administrativa, cabendo as normas gerais à esfera federal e a execução dos programas às esferas estadual e municipal, facultando o comando único das ações em cada esfera de governo.

90. No que tange à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), julgue o item a seguir.

Uma das diretrizes da PNAS é a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

91. De acordo com o § 1º do art. 39 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), analise a seguinte assertiva.

A tutela é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.

92. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a assistência psicológica à gestante, à parturiente e à puérpera deve ser indicada após avaliação do profissional de saúde no pré-natal e no puerpério, com encaminhamento de acordo com o prognóstico.

93. De acordo com a PNAS, o princípio da matricialidade da família relaciona-se ao alerta para os riscos que se corre nos trabalhos profissionais ao adotar visões disciplinadoras ou moralistas que visam enquadrar as famílias em normas, independentemente do universo cultural a que as mesmas pertencem.

94. Sobre políticas sociais dirigidas ao segmento da pessoa idosa, julgue o item a seguir.

Zelar pela liberdade da pessoa idosa, colocando-a a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor é dever de todos.

95. Segundo o Estatuto da pessoa idosa, à pessoa idosa internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência, independente do tempo e do critério médico.

- 96.** Conforme preconiza a Lei nº 8.662/93, a elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares” é uma das competências da/o assistente social.
- 97.** Conforme a Lei nº 8.662/93, o planejamento, a organização e a administração de benefícios e Serviços Sociais” é uma das competências da/o assistente social.
- 98.** De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoas idosas serão objeto de notificação facultativa pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles principalmente à Promotoria.
- 99.** Segundo a lei nº 8.662/93, analise a seguinte assertiva. Cabe ao CFESS credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.
- 100.** Segundo Fávero (2003), Perícia Social é o processo metodológico específico do Serviço Social que objetiva conhecer a fundo e de forma crítica, uma determinação situação ou manifestação da Questão Social, a qual é objeto de trabalho do Assistente Social, principalmente em seus aspectos sociais, econômicos e culturais.
- 101.** A respeito de políticas sociais dirigidas ao segmento na área da família, da criança e do adolescente, julgue o item a seguir.
O ECA poderá legislar, de forma excepcional, às pessoas com idade entre 18 a 21 anos de idade.
- 102.** De acordo com Fávero (2003), o Parecer Social como documento elaborado pelo Assistente Social caracteriza-se em uma apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, enquanto objeto da intervenção desse profissional, no seu cotidiano laborativo.
- 103.** A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento. De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), são princípios democráticos que regem a PNAS a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- 104.** A Lei n.º 8.662/1993 prevê expressamente que constitui competência do assistente social “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar e fazer uso de recursos no atendimento e na defesa de seus direitos”.
- 105.** Com base no Art. 4º da Lei nº 8662/93, estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades é uma competência da/o assistente social.
- 106. (Inédita - Assistente Social)** Segundo o Estatuto da Pessoa Idosa, analise a seguinte assertiva.
Todas as entidades de longa permanência, ou casal, são facultadas a firmar contrato de permanência de serviços com a pessoa idosa que for abrigada.

107. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação, aos seus direitos fundamentais.

108. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados a quaisquer órgãos do sistema de garantia de direitos da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

109. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

110. Com base na Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei n.º 8.662/1993), julgue o item seguinte.

O Conselho Federal de Serviço Social (CRESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.

111. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 12 meses (doze meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

112. Com base no ECA, julgue o item a seguir.

Não poderá ser garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em

acolhimento institucional, com base na defesa do superior interesse da criança.

113. A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período.

114. De acordo com Fávero (2003), o instrumento utilizado pela/o assistente social que realiza esclarecimentos e análises, com base em conhecimento específico do Serviço Social, a questões relacionadas ou decisões a serem tomadas e que possui uma finalização ou conclusão, de caráter conclusivo ou indicativo é o relatório social.

115. Acerca da assistência social, julgue o item subsequente:

Os projetos de enfrentamento à pobreza visam, prioritariamente, incluir as famílias das camadas mais abastadas nos programas de transferência de renda.

116. Segundo a Lei nº 8.662/93, legislação que regulamenta a profissão de assistente social, a duração do trabalho do assistente social deverá ser de 30 horas mensais.

117. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a garantia de prioridade compreende às crianças e adolescentes, dentre outros, a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

118. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto.

119. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é incumbência do poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiente que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança.

120. Ao decifrar a realidade e apresentar proposições, a/o assistente social estará dando respostas subjetivas de sua ação profissional, desenvolvendo o papel de mero “executor terminal das políticas sociais”.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>